ATA 606/2026 CMDCA

REUNIÃO INTERNA

Aos quinze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, às 09h00min, no Salão Ouro Negro, localizado nas dependências da Prefeitura Municipal de Criciúma/SC, realizou-se reunião interna do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, com a participação de representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, da Secretaria Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Educação, além dos conselheiros municipais: Jhonata Dal Pont Albino (Gabinete), Juliana Stecanella Carminatti (S.M. de Educação), Maira dos Santos Costa (S.M. de Assistência Social), Francieli Maragno (S.M. de Saúde), Patricia Guralski (Guido), Fabiana Rodrigues Cardoso (Amarec-sc), Roseli Terezinha Bernardo (Centro Social Urbano- CSU), Renata Angelis Jamardo Fiorentin (Happy Face), Gabriele Damazio (Fundação Municipal de Esportes- FME), José Zeferino (Centro Social Urbano Adolfo Lineburguer- CSU), Viviane Hofman (Bairro da Juventude), Claudiomir dos Santos (Associação Academia F. Criciuma), Fernanda Vargas (Bairro da Juventude), Cristiane de O. (CREAS) e Luciana C. (SMASH). A reunião teve como objetivo promover diálogo intersetorial acerca das principais demandas atualmente identificadas na política de atendimento à criança e ao adolescente no Município de Criciúma, subsidiando a definição dos eixos temáticos do próximo Edital do Fundo Geral do CMDCA e contribuindo para o planejamento do novo Diagnóstico da Criança e do Adolescente do Município. Inicialmente, a Presidência do CMDCA agradeceu a presença das representantes das Secretarias e esclareceu que a reunião foi organizada como um espaço de escuta e construção conjunta, considerando que o Conselho se encontra em processo de elaboração de novo edital para destinação de recursos do Fundo Geral. Ressaltou-se que a intenção é otimizar a aplicação dos recursos, evitando uma distribuição meramente financeira entre as instituições e buscando estabelecer um propósito definido, voltado ao enfrentamento de demandas concretas identificadas na realidade municipal. Foi destacado que, a partir das discussões realizadas junto às instituições, a violência contra crianças e adolescentes, bem como a violência intrafamiliar e contra a mulher, aparece como uma das principais demandas, com repercussões diretas sobre a infância e a adolescência. Entretanto, ressaltou-se a importância de ouvir as diferentes políticas públicas para identificar outras demandas relevantes e compreender de que forma as instituições da sociedade civil poderão desenvolver projetos complementares às ações do Poder Público. Na sequência, as representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação apresentaram suas percepções acerca das principais demandas observadas na rede. Foi relatado que, no âmbito da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, uma das maiores preocupações atualmente é o acolhimento institucional de crianças e adolescentes. Informou-se que, no momento da reunião, havia aproximadamente **82 crianças e adolescentes acolhidos**, considerando os serviços municipais, a Família Acolhedora e demais instituições parceiras, estando a rede próxima do limite de sua capacidade de atendimento. Destacou-se que o acolhimento constitui medida excepcional e provisória, sendo necessário fortalecer as ações preventivas e de apoio às famílias para evitar que situações de vulnerabilidade evoluam para a necessidade de afastamento da criança ou do adolescente do convívio familiar. Foi observado que o número de acolhimentos vem crescendo e que, atualmente, é frequente o acolhimento de grupos de irmãos, o que aumenta a complexidade da organização das vagas e, em determinadas situações, pode resultar na necessidade de

separação dos irmãos por faixa etária, sexo ou perfil de atendimento. Também foi abordado o crescimento do número de pessoas oriundas de outras localidades e de outros países no Município de Criciúma, fenômeno que repercute diretamente nas políticas de assistência social, saúde e educação. As representantes relataram que, em períodos anteriores, a maioria das crianças e adolescentes acolhidos era oriunda do próprio Município, enquanto atualmente há aumento significativo de crianças provenientes de outras localidades. Nesse contexto, foram discutidos os desafios relacionados às diferenças culturais, às barreiras linguísticas, aos costumes familiares e às diferentes concepções sobre relações familiares, parentalidade, violência e direitos da criança e do adolescente. Ressaltou-se que tais fatores exigem da rede maior capacidade de compreensão intercultural, sem generalizações ou estigmatizações, e estratégias específicas de atendimento e prevenção. Outro ponto destacado foi a **dependência química dos responsáveis**, identificada como fator recorrente relacionado a situações de negligência, violência, desestruturação familiar e acolhimento de crianças e adolescentes. As representantes da Assistência Social também relataram a necessidade de fortalecer a cobertura territorial dos serviços. Foram mencionadas regiões com maior concentração de vulnerabilidades e/ou menor presença de equipamentos e serviços, destacando-se áreas como São Sebastião, Santo André e territórios vinculados à região da Grande Santa Luzia. Ressaltou-se a importância de utilizar dados do Cadastro Único e de outros sistemas para identificar o número de crianças e adolescentes por território e, a partir disso, direcionar de maneira mais estratégica os projetos e serviços ofertados pelas instituições. Nesse sentido, foi destacada a importância de um **mapeamento das instituições, projetos e serviços existentes por território**, possibilitando maior articulação entre CRAS, CREAS e organizações da sociedade civil. Salientou-se que as instituições precisam conhecer adequadamente a função de cada equipamento da rede, seus fluxos e os encaminhamentos adequados, ao mesmo tempo em que os serviços públicos também devem conhecer as iniciativas existentes nos territórios para realizar encaminhamentos mais efetivos. Foi ressaltada, ainda, a importância de aproximar as instituições dos CRAS, considerando que estes constituem, em grande parte das situações, uma das principais portas de entrada da política de assistência social. A articulação territorial poderá contribuir para evitar a duplicidade de serviços em determinadas regiões e identificar locais onde ainda existem lacunas de atendimento. Na sequência, representantes da Secretaria Municipal de Educação apresentaram informações sobre a rede municipal de ensino e os desafios atualmente enfrentados. Foi informado que o Município possui **62 unidades de ensino**, sendo 11 destinadas especificamente à educação infantil/creche. Relatou-se que a rede vem passando por reorganizações para ampliar a oferta de vagas e do ensino em período integral, observando critérios de vulnerabilidade social e demais prioridades estabelecidas nos processos de matrícula. Foi reconhecida a existência de demanda por vagas, especialmente diante do crescimento populacional e do aumento da presença de famílias estrangeiras no Município. Também foram discutidas as dificuldades relacionadas ao acesso ao ensino integral, ao transporte escolar e à necessidade de acompanhamento familiar, considerando que determinadas crianças, em razão da idade, não possuem autonomia para deslocamento sem acompanhamento de adultos. Outro tema considerado relevante foi o aumento de estudantes estrangeiros nas escolas municipais. Foi citado, como exemplo, o caso de uma unidade de ensino com aproximadamente 39 matrículas de crianças imigrantes. Foram apontadas dificuldades relacionadas à **barreira linguística, adaptação cultural e processos de aprendizagem**, destacando-se o risco de interpretar dificuldades decorrentes da

adaptação como possíveis transtornos ou deficiências. A Secretaria de Educação informou que dispõe de iniciativas voltadas ao apoio de estudantes estrangeiros, incluindo professores que auxiliam no processo de aprendizagem da língua portuguesa, bem como ações desenvolvidas pelo programa denominado “Novos Caminhos”. Também foram apresentadas informações sobre a educação especial. Foi informado que a rede municipal possui aproximadamente **1.500 crianças com deficiência laudada** e mais de **2.000 estudantes com outros transtornos ou dificuldades de aprendizagem**, configurando importante demanda para a estrutura educacional, especialmente no que se refere à disponibilidade de profissionais de apoio, professores especializados e demais recursos humanos. Foi ressaltada a importância de garantir que dificuldades decorrentes de diferenças linguísticas, culturais ou de processos de adaptação não sejam automaticamente patologizadas, devendo-se considerar o contexto integral da criança e do adolescente. Na sequência, foram apresentadas informações sobre o trabalho desenvolvido pelo **CEAP – Centro de Apoio Psicossocial Educacional**, implantado na rede municipal de ensino. Foi relatado que o serviço atua no apoio às equipes diretivas, no acompanhamento de situações de vulnerabilidade, na prevenção e no enfrentamento das violências, bem como na articulação com a rede de proteção. Foi informado que as unidades escolares estão organizadas em territórios, com atuação de profissionais de Serviço Social e Psicologia. Também foi mencionada a elaboração de um **Caderno de Fluxos**, contendo orientações para os encaminhamentos de situações de violência, revelação espontânea e outras demandas identificadas nas escolas. Foram relatados casos de violência física, sexual e psicológica, bullying, violência envolvendo crianças e adolescentes com deficiência, além de situações em que crianças não verbais ou com deficiência intelectual apresentam maior dificuldade para comunicar possíveis situações de violência. Destacou-se, nesse sentido, a necessidade de capacitação continuada dos profissionais da rede. Foi enfatizada a importância de orientar adequadamente os profissionais sobre **revelação espontânea, escuta protegida, preenchimento de formulários e fluxos de encaminhamento**, evitando que a informação seja repassada de forma inadequada entre diversos profissionais ou que a identidade de quem realizou a escuta seja desnecessariamente exposta. Também foi discutida a necessidade de oferecer maior segurança e respaldo institucional aos profissionais que realizam denúncias ou encaminhamentos de situações de violência. Foram relatadas experiências em que profissionais sofreram ameaças ou tiveram sua identidade revelada durante encaminhamentos, ocasionando risco de rompimento de vínculos com as famílias e possível intimidação dos trabalhadores. Nesse sentido, foi mencionada a intenção de realizar capacitações específicas com a rede, inclusive com participação de profissionais da área jurídica, visando esclarecer os direitos, deveres e mecanismos de proteção dos trabalhadores diante de situações de violência identificadas no exercício profissional. No âmbito da saúde, foram discutidas ações relacionadas ao **planejamento familiar e à saúde sexual e reprodutiva**, incluindo a ampliação do acesso a métodos contraceptivos e procedimentos de planejamento familiar. Ressaltou-se a importância da atuação das equipes das Unidades Básicas de Saúde e dos Agentes Comunitários de Saúde na orientação das famílias e na identificação das necessidades existentes nos territórios. Foi destacada também a necessidade de considerar os aspectos culturais relacionados à saúde sexual e reprodutiva de diferentes grupos populacionais, reforçando-se a importância de uma abordagem individualizada, respeitosa e baseada em direitos. Outro tema apontado foi a possibilidade de fortalecimento das ações do **Programa Saúde na Escola – PSE**, especialmente no que se refere à prevenção das violências.

Foram sugeridas ações educativas adaptadas às diferentes faixas etárias, incluindo abordagens lúdicas para crianças menores sobre proteção do corpo, limites, toques permitidos e não permitidos, identificação de situações de risco e busca de ajuda. Na área da saúde mental, foi relatado que existe demanda crescente por atendimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. Foi mencionada a existência de fila para atendimento psicoterapêutico, bem como limitações relacionadas ao número de profissionais disponíveis para atender integralmente todas as demandas. A **saúde mental no acolhimento institucional** foi apontada como uma das principais preocupações atuais. Relatou-se a ocorrência de casos graves envolvendo crises psiquiátricas, automutilação, tentativas ou comportamentos de risco e necessidade de internações psiquiátricas recorrentes. Destacou-se que tais situações ultrapassam, em alguns casos, a capacidade de manejo das equipes dos serviços de acolhimento, exigindo maior articulação com a política de saúde mental. Foi observado que as adolescentes do sexo feminino apresentam, em determinados serviços de acolhimento, demandas particularmente complexas relacionadas à saúde mental, violência sexual, sexualização precoce e comportamentos de risco. Ressaltou-se que a organização dos acolhimentos precisa considerar os diferentes perfis e necessidades dos acolhidos, inclusive para garantir a segurança das próprias crianças e adolescentes. Também foi discutida a **medida socioeducativa**, sendo relatado que existe dificuldade na identificação de espaços adequados para o cumprimento da Prestação de Serviços à Comunidade – PSC. Foram mencionados como possíveis espaços parques municipais e algumas instituições, ressaltando-se que a escolha deve considerar o perfil do adolescente, o ato infracional cometido e a necessidade de evitar exposição a situações que possam prejudicar seu processo socioeducativo. Foi esclarecido que a medida socioeducativa possui acompanhamento técnico, com elaboração do Plano Individual de Atendimento – PIA, definição de metas e acompanhamento do adolescente, sendo que a Prestação de Serviços à Comunidade possui carga horária determinada judicialmente. A dificuldade em encontrar instituições disponíveis para receber adolescentes pode ocasionar prolongamento do cumprimento da medida. Durante a reunião, também foi enfatizada a situação das **crianças e adolescentes com deficiência**, especialmente aquelas com deficiência intelectual ou que não possuem comunicação verbal. Foi ressaltado que esse público demanda atenção especializada e que as situações de violência podem ser ainda mais difíceis de identificar, exigindo capacitação específica dos profissionais que atuam na rede. Os participantes destacaram a necessidade de compreender as situações de violência a partir da perspectiva da pessoa e de seu contexto, evitando generalizações relacionadas à condição econômica, origem, cultura, religião, deficiência ou demais características individuais. Ressaltou-se que a vulnerabilidade social é um importante fator de atenção, mas que situações de violência também podem ocorrer em famílias com melhores condições econômicas e sociais. Outro aspecto amplamente debatido foi a relação entre **violência, desestruturação familiar, dependência química, saúde mental, bullying, vulnerabilidade territorial, migração e dificuldades de acesso aos serviços**, reconhecendo-se que tais fatores estão interligados e precisam ser enfrentados de maneira articulada pelas diferentes políticas públicas. Foi discutida, ainda, a relação com os meios de comunicação e a exposição de casos envolvendo crianças e adolescentes. Os participantes reconheceram que a divulgação responsável pode contribuir para ampliar o conhecimento da população sobre os canais de proteção e atendimento, mas alertaram para os riscos de exposição indevida, especulação e revitimização das crianças, adolescentes e mulheres envolvidas. Reforçou-

se a necessidade de preservar o sigilo e a identidade dos envolvidos e de qualificar a comunicação entre os órgãos da rede antes da divulgação de informações. Ao final das discussões, foram sistematizados como principais pontos para subsidiar a definição dos eixos do próximo Edital do Fundo Geral do CMDCA:

1. **Prevenção e enfrentamento das violências contra crianças e adolescentes;**
2. **Prevenção e fortalecimento da proteção diante de situações de violência intrafamiliar;**
3. **Prevenção de situações que possam resultar em acolhimento institucional e fortalecimento das famílias;**
4. **Saúde mental de crianças e adolescentes;**
5. **Dependência química e seus impactos sobre crianças, adolescentes e famílias;**
6. **Proteção e inclusão de crianças e adolescentes com deficiência, especialmente deficiência intelectual e crianças não verbais;**
7. **Prevenção e enfrentamento do bullying e outras formas de violência no ambiente escolar;**
8. **Atenção às especificidades culturais e linguísticas de crianças e adolescentes imigrantes;**
9. **Fortalecimento da articulação da rede de proteção e dos fluxos de atendimento;**
10. **Mapeamento territorial de vulnerabilidades, serviços e lacunas de atendimento.**

Foi ressaltado que o objetivo do CMDCA não é elaborar um edital excessivamente amplo, com grande quantidade de eixos, mas **concentrar os recursos em problemas prioritários e concretos do Município**, buscando maior efetividade e impacto social. Na oportunidade, foi informado que o Município está em processo de preparação para a elaboração de um novo **Diagnóstico da Criança e do Adolescente**, considerando que o diagnóstico municipal existente é de 2012 e que, desde então, ocorreram profundas transformações sociais, econômicas, demográficas e culturais. Nesse sentido, o CMDCA informou que já iniciou a elaboração de documento para levantamento de orçamentos visando à contratação do diagnóstico e que pretende utilizar as informações apresentadas na reunião para definir os aspectos que deverão ser investigados. Foi ressaltada a intenção de construir o diagnóstico de forma intersetorial, com participação e contribuição das Secretarias de Assistência Social e Habitação, Saúde e Educação. Como encaminhamento, ficou definida a organização e sistematização das informações levantadas na reunião pela comissão responsável pelo Edital do Fundo Geral, com posterior compartilhamento com as Secretarias participantes, especialmente para obtenção de dados territoriais, quantitativos e demais informações necessárias à definição dos eixos do edital e à elaboração do diagnóstico. Também foi destacada a necessidade de realizar **mapeamento dos serviços, projetos e instituições existentes nos diferentes territórios do Município**, identificando regiões com maior cobertura e aquelas que apresentam lacunas de atendimento, de modo a orientar futuras iniciativas e investimentos. Foi mencionada, ainda, a existência de um **pré-projeto elaborado anteriormente em articulação entre as Secretarias de Assistência Social, Saúde e Educação**, considerado pertinente às demandas discutidas na reunião. O CMDCA manifestou interesse em retomar a proposta, avaliar

sua atualização e verificar, conjuntamente com as Secretarias, a possibilidade de sua implementação ou desenvolvimento de nova iniciativa intersetorial. Ao final, a Presidência do CMDCA agradeceu a presença e a disponibilidade dos representantes das Secretarias, ressaltando que o objetivo da gestão do Conselho é fortalecer a atuação conjunta entre Governo e sociedade civil, evitando ações isoladas e buscando soluções integradas para os desafios relacionados à garantia dos direitos da criança e do adolescente. Foi reforçada a compreensão de que as organizações da sociedade civil constituem importantes parceiras na execução das políticas públicas e que a atuação articulada entre Conselho, Poder Público e entidades permite maior alcance das ações de proteção e garantia de direitos. As representantes das Secretarias também agradeceram o convite e destacaram a importância do espaço de diálogo e troca de informações, reconhecendo a relevância da atuação do CMDCA e das organizações da sociedade civil na construção de respostas às demandas do Município. Foram registradas manifestações de reconhecimento ao trabalho desenvolvido pela Presidência e pelos conselheiros do CMDCA, especialmente quanto ao compromisso e à articulação em defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, sendo registrada a realização de fotografia institucional dos participantes e o compartilhamento de materiais informativos disponibilizados pelas representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação. Para constar, eu, Secretária Executiva do CMDCA, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos presentes e demais responsáveis, conforme os procedimentos regimentais.

Presidente do CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Secretária Executiva do CMDCA

Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação

Representante da Secretaria Municipal de Saúde

Representante da Secretaria Municipal de Educação

Jhonata Dal Pont Albino (Gabinete);

Juliana Stecanella Carminatti (S.M. de Educação);

Maira dos Santos Costa (S.M. de Assistência Social);

Francieli Maragno (S.M. de Saúde);

Patricia Guralski (Guido);

Fabiana Rodrigues Cardoso (Amarec-sc);

Roseli Terezinha Bernardo (Centro Social Urbano- CSU);

Renata Angelis Jamardo Fiorentin (Happy Face);

Gabriele Damazio (Fundação Municipal de Esportes- FME);

José Zeferino (Centro Social Urbano Adolfo Lineburguer- CSU);

Viviane Hofman (Bairro da Juventude);

Claudiomir dos Santos (Associação Academia F. Criciuma);

Fernanda Vargas (Bairro da Juventude);

Cristiane de O. (CREAS);

Luciana C. (SMASH).